

Conglomerado Prudencial Porto Seguro



**Demonstrações financeiras combinadas do
Conglomerado Prudencial em
31 de dezembro de 2021
e relatório do auditor independente**



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e demais interessados,

Apresentamos o Relatório de Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras do Conglomerado Prudencial da Porto Seguro, com o Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

NOSSO DESEMPENHO

- **Receitas com intermediação financeira**

As receitas com intermediação financeira (operações de créditos, títulos e valores mobiliários e resultado com instrumentos derivativos) totalizaram em 2021 R\$ 1.391.572.879,78, com aumento de R\$ 272.817.903,26 ou 24,4% em relação ao mesmo período do ano anterior.

- **Receitas com prestações de serviços**

As receitas com prestações de serviços totalizaram em 2021 R\$ 1.337.920.189,73, com aumento de R\$ 274.521.557,04 ou 25,8% em relação ao mesmo período do ano anterior.

- **Lucro líquido**

O lucro líquido totalizou em 2021 R\$ 302.659.590,92, registrando aumento de R\$ 86.882.231,26 ou 40,3% em relação ao mesmo período do ano anterior.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

As iniciativas socioambientais da Porto Seguro têm crescido de forma consistente, permitindo que funcionários e demais públicos da Porto Seguro passem a olhar as atividades e o próprio negócio com o viés da sustentabilidade. Seguindo esse novo modelo de atuação, a sustentabilidade tornou-se integrada e sistêmica, voltada a cada um dos inúmeros produtos e serviços, potencializando assim, a leveza e a gentileza com que a empresa busca atender seus públicos de interesse.

A descrição completa dos projetos socioculturais e ambientais do grupo Porto Seguro está apresentada nas Demonstrações Financeiras consolidadas da Porto Seguro S.A., divulgadas no site da Porto Seguro (<http://ri.portoseguro.com.br>).

AMBIENTE ECONÔMICO

Na esteira dos imensos estímulos fiscais e monetários lançados ainda em 2020 em todo o planeta e do processo de vacinação em larga escala nas principais economias do planeta desde o início deste ano, 2021 termina exibindo uma das maiores taxas de expansão do PIB global das últimas décadas.

Uma consequência dessa rápida retomada da atividade, porém, foi a aceleração bastante forte da inflação. Seja em países desenvolvidos, seja em países emergentes, a alta dos preços de diversos bens e mesmo de serviços tem alcançado níveis pouco comuns ao longo dos últimos anos. Diante desse quadro, diversos bancos centrais ao redor do mundo já iniciaram um processo de aperto das condições monetárias, enquanto que outros já sinalizaram que devem fazê-lo em breve.

O final deste ano tem sido marcado pela incerteza trazida pela variante ômicron, que pode gerar algum retrocesso ou atraso nesse processo de normalização da atividade global, até que novas vacinas sejam disponibilizadas.

Domesticamente, além desses fatores já mencionados que atingem a praticamente todos os países, tivemos alguns outros iminentemente locais que acentuaram o movimento de aceleração da inflação e exigiram uma resposta mais rápida e mais forte do Copom em termos de elevação da taxa básica de juros.

A necessidade de conter a deterioração do quadro inflacionário tem levado o Copom a aumentar substancialmente a taxa Selic, o que deve se traduzir numa importante desaceleração do crescimento econômico ao longo de 2022. Outro fator que deve limitar o vigor da atividade econômica no próximo ano é o elevado grau de incerteza gerado pelas eleições presidenciais, levando os agentes econômicos a posturas mais cautelosas quanto às suas decisões de consumo e investimento em capital fixo.

A Instituição segue confiante na robustez de suas operações e bem posicionada para continuar sólida em sua trajetória de crescimento dos negócios e de entrega de resultados consistentes, através de iniciativas que permitirão dar continuidade ao aumento dos ganhos de eficiência operacional, avançar no processo de transformação digital e continuar aperfeiçoando os modelos de negócio para aproveitar as diversas oportunidades que o mercado oferece.

AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos corretores e clientes pelo apoio e pela confiança demonstrados, e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades, em especial aos representantes do Banco Central do Brasil (BACEN).

São Paulo, 18 de março de 2022

A Administração



Ativo	Nota explicativa	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Circulante		12.097.846.241,76	9.031.077.042,25
Caixa e equivalentes de caixa	5	272.099.396,79	178.337.526,73
Instrumentos financeiros		474.922.372,17	297.313.435,92
Cotas de fundos de investimentos	6	474.922.372,17	297.313.435,92
Operações de crédito		2.327.106.807,31	1.659.051.449,77
Setor privado	7	2.921.728.674,53	2.123.420.219,27
Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa	7(e)/ (f)	(594.621.867,22)	(464.368.769,50)
Outros créditos		8.992.882.453,96	6.854.912.013,12
Títulos e créditos a receber	7	8.792.944.130,94	6.817.430.974,59
Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa	7(e)/ (f)	(71.330.552,13)	(44.278.332,31)
Diversos	8.1	271.268.875,15	81.759.370,84
Outros valores e bens		30.835.211,53	41.462.616,71
Outros valores e bens		35.803.757,16	47.409.776,01
Provisão para outros valores e bens		(4.968.545,63)	(5.947.159,30)
Não circulante		1.711.172.392,17	1.286.941.016,93
Realizável a longo prazo		1.537.776.017,30	1.285.198.432,99
Operações de crédito		1.142.828.410,67	976.168.356,02
Setor privado	7	1.209.170.614,01	1.013.641.992,01
Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa	7(e)/ (f)	(66.342.203,34)	(37.473.635,99)
Outros créditos		394.947.606,63	309.030.076,97
Créditos tributários	8.2	339.541.212,17	252.803.186,54
Diversos	8.1	55.406.394,46	56.226.890,43
Investimentos	9	162.736.453,45	311.928,08
Imobilizado de uso		1.305.729,64	1.305.729,64
(-) Depreciações acumuladas		(519.696,34)	(420.599,02)
Intangível		22.758.084,69	12.051.422,01
(-) Amortizações acumuladas		(12.884.196,57)	(11.505.896,77)
Total do ativo		13.809.018.633,93	10.318.018.059,18

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Circulante		10.423.585.994,53	7.868.222.317,39
Depósitos	10	952.088.728,56	459.294.398,00
Depósitos interfinanceiros		568.631.710,46	459.294.398,00
Depósitos à prazo		383.457.018,10	-
Recursos de aceites e emissão de títulos	10	482.854.720,12	528.422.105,80
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		482.854.720,12	528.422.105,80
Relações Interfinanceiras		6.862.157.428,91	5.328.950.300,39
Transações de pagamento	11.2	6.862.157.428,91	5.328.950.300,39
Outras obrigações		2.126.485.116,94	1.551.555.513,20
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		5.615.448,88	981.882,35
Sociais e estatutárias		16.114.816,29	27.319.576,35
Fiscais e previdenciárias	11.1.1	139.306.548,06	66.981.479,26
Provisão para pagamentos a efetuar		135.648.051,82	125.168.905,47
Diversas	11.3	1.829.800.251,89	1.331.103.669,77
Não circulante		2.047.227.371,29	1.313.939.674,22
Recursos de aceites e emissão de títulos	10	1.918.842.235,00	1.187.940.447,94
Depósitos interfinanceiros		-	726.262.376,98
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		1.918.842.235,00	461.678.070,96
Provisões para impostos e contribuições diferidas		609.638,37	1.176.593,54
Outras obrigações		127.775.497,92	124.822.632,74
Fiscais e previdenciárias	11.1.2	37.225.385,86	36.615.763,90
Diversas	11.3	90.550.112,06	88.206.868,84
Patrimônio líquido	12	1.338.205.268,11	1.135.856.067,57
Capital social		587.000.000,00	587.000.000,00
Reserva de reavaliação		259.702,23	265.133,03
Outros resultados abrangentes		587.525,49	302.485,44
Reservas de lucros		750.358.040,39	548.288.449,10
Total do passivo e patrimônio líquido		13.809.018.633,93	10.318.018.059,18

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Conglomerado Prudencial Porto Seguro

Demonstração do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e para o semestre findo em 31 de dezembro de 2021

(Em reais - R\$)



	Nota explicativa	2º Semestre de 2021	Dezembro de 2021	2º Semestre de 2020	Dezembro de 2020
Receitas da intermediação financeira		769.787.230,34	1.391.572.879,78	509.324.054,82	1.118.754.976,52
Operações de crédito	13	748.287.491,24	1.360.027.027,04	503.220.161,05	1.063.021.685,62
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		21.499.739,10	31.545.852,74	6.103.893,77	17.456.593,84
Resultado com instrumentos derivativos		-	-	-	38.276.697,06
Despesas da intermediação financeira		(493.432.846,62)	(784.102.884,53)	(257.199.718,69)	(608.065.385,16)
Operações de captação no mercado		(118.711.202,21)	(162.271.884,25)	(31.373.796,71)	(124.548.121,54)
Provisões para créditos de liquidação duvidosa		(374.721.644,41)	(621.831.000,28)	(225.825.921,98)	(483.517.263,62)
Resultado bruto da intermediação financeira		276.354.383,72	607.469.995,25	252.124.336,13	510.689.591,36
Outras receitas/(despesas) operacionais		(34.927.510,35)	(115.750.700,50)	(94.288.259,52)	(175.215.131,13)
Receita de prestação de serviços	14	707.743.814,31	1.337.920.189,73	584.833.195,20	1.063.398.632,69
Despesas com pessoal		(79.039.318,31)	(145.997.401,87)	(70.833.849,66)	(123.603.658,73)
Outras despesas administrativas	15	(390.188.945,61)	(794.465.549,34)	(392.868.093,26)	(697.325.778,10)
Despesas tributárias		(106.096.111,73)	(197.961.933,10)	(85.280.747,48)	(159.642.025,68)
Outras receitas operacionais		58.566.739,23	88.503.984,24	30.798.712,42	85.197.519,06
Outras despesas operacionais	16	(225.913.688,24)	(403.749.990,16)	(160.937.476,74)	(343.239.820,37)
Resultado antes dos impostos e participações nos lucros		241.426.873,37	491.719.294,75	157.836.076,61	335.474.460,23
Imposto de renda	17	(84.794.603,29)	(153.831.859,59)	(42.978.093,81)	(96.793.756,42)
Contribuição social	17	(63.877.987,38)	(102.963.870,63)	(26.538.431,49)	(57.385.784,55)
Ativo fiscal diferido	17	70.800.575,70	86.772.355,50	18.467.166,03	46.785.857,59
Participações nos lucros		(9.568.596,81)	(19.036.329,11)	(4.907.471,88)	(12.303.417,19)
Lucro líquido do semestre/exercício		153.986.261,59	302.659.590,92	101.879.245,46	215.777.359,66

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Conglomerado Prudencial Porto Seguro
Demonstração do resultado abrangente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e para o semestre findo em 31 de dezembro de 2021
(Em reais - R\$)



	2º Semestre de 2021	Dezembro de 2021	2º Semestre de 2020	Dezembro de 2020
Lucro líquido do semestre/exercício	153.986.261,59	302.659.590,92	101.879.245,46	215.777.359,66
Outros resultados abrangentes	285.040,05	285.040,05	285.040,05	285.040,05
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do semestre/exercício:				
Ajustes de avaliação patrimonial	431.912,06	431.912,06	431.912,06	431.912,06
Efeitos tributários	(146.872,01)	(146.872,01)	(146.872,01)	(146.872,01)
Total dos resultados abrangentes para o semestre/exercício, líquido de efeitos tributários	154.271.301,64	302.944.630,97	102.164.285,51	216.062.399,71

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de reavaliação	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019		542.000.000,00	268.398,59	393.715.381,26	10.054,55	-	935.993.834,40
Pagamento dividendos - exercícios anteriores	12 c	-	-	(2.150.000,00)	-	-	(2.150.000,00)
Aumento de capital		45.000.000,00	-	-	-	-	45.000.000,00
Realização da reserva de reavaliação		-	(3.265,56)	-	-	3.265,56	-
Reconhecimento pagamento em ações		-	-	303.231,60	-	-	303.231,60
Ações outorgadas		-	-	(269.060,92)	-	-	(269.060,92)
Outros ajustes de avaliação patrimonial		-	-	-	292.430,89	-	292.430,89
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	215.777.359,66	215.777.359,66
Destinações:							
Reserva legal		-	-	8.858.001,83	-	(8.858.001,83)	-
Reserva estatutária		-	-	147.830.895,33	-	(147.830.895,33)	-
Juros sobre o capital próprio	12 c	-	-	-	-	(43.064.239,49)	(43.064.239,49)
Dividendos	12 c	-	-	-	-	(16.027.488,57)	(16.027.488,57)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		587.000.000,00	265.133,03	548.288.449,10	302.485,44	-	1.135.856.067,57
Saldos em 30 de junho de 2020		587.000.000,00	266.765,45	391.645.545,62	10.054,55	91.868.507,85	1.070.790.873,47
Realização da reserva de reavaliação		-	(1.632,42)	-	-	1.632,42	-
Reconhecimento pagamento em ações		-	-	223.067,24	-	-	223.067,24
Ações outorgadas		-	-	(269.060,92)	-	-	(269.060,92)
Outros ajustes de avaliação patrimonial		-	-	-	292.430,89	-	292.430,89
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	101.879.245,46	101.879.245,46
Destinações:							
Reserva legal		-	-	8.858.001,83	-	(8.858.001,83)	-
Reserva estatutária		-	-	147.830.895,33	-	(147.830.895,33)	-
Juros sobre o capital próprio	12 c	-	-	-	-	(21.033.000,00)	(21.033.000,00)
Dividendos	12 c	-	-	-	-	(16.027.488,57)	(16.027.488,57)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		587.000.000,00	265.133,03	548.288.449,10	302.485,44	-	1.135.856.067,57
Pagamento dividendos - exercícios anteriores	12 c	-	-	(20.000.000,00)	-	-	(20.000.000,00)
Reserva de reavaliação							
Realização		-	(3.920,15)	-	-	3.920,15	-
Outros		-	(1.510,65)	-	-	-	(1.510,65)
Reconhecimento pagamento em ações		-	-	476.166,68	-	-	476.166,68
Outros ajustes de avaliação patrimonial		-	-	-	285.040,05	-	285.040,05
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	302.659.590,92	302.659.590,92
Destinações:							
Reserva legal		-	-	11.447.558,67	-	(11.447.558,67)	-
Reserva estatutária		-	-	210.145.865,95	-	(210.145.865,95)	-
Juros sobre o capital próprio	12 c	-	-	-	-	(47.208.000,00)	(47.208.000,00)
Dividendos	12 c	-	-	-	-	(33.862.086,46)	(33.862.086,46)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		587.000.000,00	259.702,23	750.358.040,40	587.525,49	-	1.338.205.268,11
Saldos em 30 de junho de 2021		587.000.000,00	262.163,19	528.527.079,55	302.485,44	148.674.788,52	1.264.766.516,70
Realização da reserva de reavaliação		-	(2.460,96)	-	-	2.460,96	-
Reconhecimento pagamento em ações		-	-	237.536,23	-	-	237.536,23
Outros ajustes de avaliação patrimonial		-	-	-	285.040,05	-	285.040,05
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	153.986.261,59	153.986.261,59
Destinações:							
Reserva legal		-	-	11.447.558,67	-	(11.447.558,67)	-
Reserva estatutária		-	-	210.145.865,95	-	(210.145.865,95)	-
Juros sobre o capital próprio	12 c	-	-	-	-	(47.208.000,00)	(47.208.000,00)
Dividendos	12 c	-	-	-	-	(33.862.086,46)	(33.862.086,46)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		587.000.000,00	259.702,23	750.358.040,40	587.525,49	-	1.338.205.268,11

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Conglomerado Financeiro Porto Seguro

Demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e para o semestre findo em 31 de dezembro de 2021

(Em reais - R\$)



	2º semestre de 2021	Dezembro de 2021	2º semestre de 2020	Dezembro de 2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do semestre/exercício	153.986.261,59	302.659.590,92	101.879.245,46	215.777.359,66
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	374.721.644,41	621.831.000,28	225.825.921,98	483.517.263,62
Resultado de equivalência patrimonial	5.530.021,91	5.530.021,91	-	-
Depreciações/amortizações	1.076.639,46	1.477.397,12	236.830,33	562.712,51
Lucro líquido ajustado	535.314.567,37	931.498.010,23	327.941.997,77	699.857.335,79
(Aumento)/redução de ativos e passivos	(224.658.654,04)	(554.792.093,41)	(513.586.699,25)	(532.255.392,70)
Variação em cotas de fundos de investimentos	(122.124.759,74)	(177.608.936,25)	217.976.204,60	21.877.287,32
Variação em operações de crédito	(614.013.183,77)	(1.456.546.412,47)	(384.032.305,87)	(990.864.286,55)
Variação em outros créditos	(1.531.033.586,06)	(2.223.887.970,50)	(2.164.049.081,65)	(1.304.041.073,03)
Variação em outros valores e bens	2.727.945,32	10.627.405,18	(4.789.759,78)	(26.380.470,97)
Variação em depósitos interfinanceiros	18.957.412,76	(233.468.046,42)	263.297.661,37	1.076.815.794,76
Variação em recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares	436.901.703,26	1.411.596.778,36	(421.985.867,01)	(346.986.441,78)
Variação em obrigações empréstimos e repasses	97.918.208,36	136.288.860,67	28.535.868,87	(51.347.718,40)
Variação em transações de pagamento	1.097.029.103,77	1.533.207.128,52	1.720.684.676,15	987.854.288,03
Variação em instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	7.439.815,28
Variação em outras obrigações	556.628.251,84	707.597.464,46	313.731.047,10	325.134.686,46
Caixa consumido pelas operações				
Imposto sobre o lucro pagos	(69.731.541,42)	(126.309.504,29)	(54.419.274,16)	(110.052.129,04)
Juros sobre captação de recursos pagos	(97.918.208,36)	(136.288.860,67)	(28.535.868,87)	(121.705.144,77)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	310.655.913,33	376.705.916,82	(185.644.701,48)	167.601.943,09
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de investimentos	(162.431.775,37)	(162.424.525,37)	-	(170.000,00)
Aplicações no imobilizado e intangível	(10.706.662,68)	(10.706.662,68)	(23.449,99)	(79.713,91)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos	(173.138.438,05)	(173.131.188,05)	(23.449,99)	(249.713,91)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(73.785.370,13)	(109.812.858,71)	(17.878.050,00)	(56.726.513,29)
Aumento de capital	-	-	-	45.000.000,00
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades de financiamento	(73.785.370,13)	(109.812.858,71)	(17.878.050,00)	(11.726.513,29)
Aumento/(redução) nas disponibilidades	63.732.105,15	93.761.870,06	(203.546.201,47)	155.625.715,89
Disponibilidade no início do semestre/exercício	208.367.291,64	178.337.526,73	381.883.728,20	22.711.810,84
Disponibilidade no final do semestre/exercício	272.099.396,79	272.099.396,79	178.337.526,73	178.337.526,73

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Conglomerado Prudencial - Porto Seguro
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para
o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e para o semestre findo
em 31 de dezembro de 2021
(em reais, exceto quando indicado de outra forma)



1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Conglomerado Prudencial da Porto Seguro (“Instituição” ou “Porto Seguro”) é composto pelas seguintes instituições, que são controladas diretamente da Porto Seguro S.A. a qual possui ações negociadas no Novo Mercado da B3, sob a sigla PSSA3, além do fundo de investimento Porto Seguro Prudencial.

- Portoseg S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento (“Portoseg”), concede empréstimos e financiamentos ao consumo e para capital de giro, além de operar cartões de crédito. A Portoseg foi definida como empresa líder para o Conglomerado Prudencial.
- Porto Seguro Administradora de Consórcios Ltda. (“Porto Consórcio”) administra grupos de consórcios para aquisição de bens móveis e imóveis.
- Portopar Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (“Portopar”), atua na distribuição de cotas de fundos de investimentos.
- Porto Seguro Prudencial Renda Fixa Referenciado DI Fundo de Investimento (“Porto Seguro Prudencial”), constituído sob a forma de condomínio aberto, que atua na aplicação de recursos em ativos financeiros que buscam acompanhar a variação do CDI.
- Porto Seguro Hedge Financeira Fundo de Investimento Multimercado (“Porto Seguro Hedge”), constituído sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado e classificado como “Multimercado”, que atua na aplicação de recursos em ativos financeiros de diferentes naturezas, riscos e características.

1.1 OUTRAS INFORMAÇÕES – COVID-19

Apesar do momento desafiador, a Instituição segue otimista na condução de suas operações e confiantes na robustez e resiliência do seu modelo de negócios para ultrapassar a crise da pandemia do COVID-19. Continuamos monitorando os reflexos da pandemia e dentro das suas operações, até o fechamento do período, não foram identificados impactos significativos. A carteira de operações de cartão de crédito e CDC cresceu 29,8% em dezembro de 2021, em comparação com o mesmo período do ano anterior.

Ações institucionais relacionadas à pandemia:

Continuamos com Grupo de Trabalho para coordenar as ações a serem tomadas para enfrentar a pandemia, objetivando minimizar quaisquer impactos na qualidade do atendimento a nossos clientes, segurados e beneficiários, para minimizar o risco aos nossos colaboradores e familiares e garantir a manutenção da continuidade e qualidade dos negócios da Instituição.

Dentro das principais ações internas, destacamos a adoção ao regime de “home office” para parte substancial dos nossos colaboradores, a priorização de reuniões por videoconferência e a circulação de comunicação corporativa para informar e conscientizar os colaboradores dos riscos relacionados à disseminação do vírus e direcionar a busca por novas informações.

1.2 OUTRAS INFORMAÇÕES - BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS LEI DO BEM

Com as recentes e continuas manifestações favoráveis e aceitações por parte das autoridades tributárias competentes e do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação, aos pedidos de benefício fiscal da lei do bem, referente aos projetos realizados durante o período de 2012 a 2020, e adicionado ao fato de que as características dos projetos de pesquisas e desenvolvimentos são similares em todo este período, a Companhia entende que as incertezas relacionadas à aceitação foram diluídas, passando a ser remoto o risco de um possível contingenciamento dos benefícios tributários.

Com base nesta mudança de estimativa por conta desses fatos recentes, a Instituição reconheceu no resultado do período o total de benefício no montante de R\$ 2.946.440,99, sendo parte em reversão da totalidade do provisionamento dos saldos relacionados as Incerteza que existiam no passado sobre tratamento de tributos sobre o lucro, no montante de R\$ 683.543,16 em 2016 e benefícios tributários referente as despesas dos projetos incorridas nos montantes de R\$ 2.262.897,83 em 2020. Em complemento, a Instituição reconheceu o montante de R\$ 6.002.235,79 referente ao exercício corrente de 2021.

1.3 OUTRAS INFORMAÇÕES – AQUISIÇÃO CONECTCAR

Conforme comunicados ao mercado ocorridos em 25 de junho de 2021 e 01 de outubro de 2021, a Instituição, assinou, com a Ipiranga Produtos de Petróleo S.A., empresa do Grupo Ultra, contrato para a aquisição de 50% das ações da ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A. (“ConectCar”), no valor de R\$ 165.000.000,00. Em dezembro de 2021 apurou-se ajuste de preço da operação, no montante de R\$ 6.538.202,72, devolvidos para a Instituição. Desta forma, o efeito líquido da operação totalizou R\$ 158.461.797,28.

As devidas aberturas dos ativos adquiridos serão efetuadas ao longo dos próximos meses, com base em estudo técnico que suporte o registro contábil, PPA (“Purchase Price Allocation”) que está em fase de elaboração.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados. Não houve em 31 de dezembro de 2021 alterações nas políticas contábeis relevantes, exceto pela adoção da Resolução BACEN nº 4.747, que dentre outros assuntos, determina que os ativos não financeiros mantidos para venda devem ser avaliados pelo menor valor entre i) o

valor contábil líquido do ativo, deduzidas as provisões para perdas por redução ao valor recuperável e a depreciação ou amortização acumulada; ii) e o valor justo do ativo, avaliado conforme o disposto na regulamentação específica, líquido de despesas de vendas. Os impactos não foram materiais e relevantes.

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação: (i) do valor justo de ativos e passivos financeiros; (ii) da provisão e contingência para risco de créditos (“impairment”); (iii) da realização dos impostos diferidos; e (iv) das provisões para contingências e processos judiciais. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas, principalmente na provisão para riscos de créditos, poderá ser efetuada por valores sensivelmente diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

O Conglomerado revisa essas estimativas e premissas periodicamente. As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a premissa de continuação dos negócios da Instituição em curso normal.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 18 de março de 2022.

2.1.1 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COMBINADAS

As demonstrações financeiras combinadas do Conglomerado foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, com base nas normas expedidas por ele e pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) - Resolução CNSP nº 4.280/13 e Circular BACEN nº 3.701/14 e alterações posteriores - segundo critérios estabelecidos pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), e de acordo também com determinadas práticas contábeis expedidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo BACEN (no que não contrariem outras normas vigentes).

As demonstrações financeiras individual da instituição líder do Conglomerado (Portoseg S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento) foi publicada no jornal “O Estado de São Paulo” em 28 de fevereiro de 2022, além disso, encontra-se disponível no site da Porto Seguro (<http://ri.portoseguro.com.br>).

2.2 MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras do Conglomerado são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é sua moeda funcional e mais observada do principal ambiente econômico em que as Instituições operam.

2.3 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

2.4 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

2.4.1 COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS - TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO

A Porto Seguro classifica nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento são manter negociações ativas e frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em “Resultado de operações com títulos e valores mobiliários” no período em que ocorrem. As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo.

2.4.2 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

As operações com instrumentos financeiros derivativos contratadas pela Instituição, alocados em carteira própria, referem-se a “swaps”, que visam a proteção contra riscos cambiais oriundos dos passivos de captação de recursos. Esses instrumentos são mensurados ao seu valor justo (“hedge de valor justo”), com as variações registradas em conta de resultado do período, simultaneamente à variação do valor justo do item objeto do “hedge”, na rubrica “Resultado com instrumentos derivativos”.

O valor justo dos derivativos é calculado com base nas informações de cada operação contratada e nas respectivas informações de valor de câmbio e taxa de juros de mercado, divulgadas pela B3, no mínimo na data de encerramento do período de publicação. No início das operações de “hedge”, a Instituição documenta a relação entre o instrumento e o item objeto do “hedge” com seus objetivos e estratégias na gestão de riscos, além disso, a Instituição verifica, ao longo de toda a duração do contrato, sua efetividade, que deve manter-se entre 80% e 125%. Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 a Instituição não possuía valores justos de instrumentos derivativos.

2.5 OPERAÇÕES DE CRÉDITO E VALORES A RECEBER RELATIVOS À TRANSAÇÃO DE PAGAMENTOS

Incluem-se nesta categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Esses recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros (quando aplicável), e são avaliados por “impairment” (recuperação) a cada data de balanço.

As operações de crédito (exclusivamente crédito direto ao consumidor – CDC) e outros créditos com característica de concessão de crédito são classificados nos níveis de risco, observando: (i) os

parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a sua classificação em nove níveis, sendo “AA” o risco mínimo e “H” o risco máximo, segundo os períodos de atraso; (ii) a avaliação da Administração, realizada periodicamente, quanto ao nível de risco e considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores.

2.6 ATIVO INTANGÍVEL

Os gastos com aquisição e implantação de “softwares” e sistemas são reconhecidos como ativo quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica. As despesas relacionadas à manutenção de “software” são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas.

A amortização do ativo intangível com vida útil definida é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos.

2.7 PASSIVOS FINANCEIROS

Os passivos de empréstimos e financiamentos, provenientes das operações de captação de recursos, valores a pagar das operações de cartão de crédito, são reconhecidos inicialmente ao valor justo, líquido de custos de transações incrementais diretamente atribuíveis à origem do passivo. Esses passivos são avaliados subsequentemente: (i) ao custo amortizado, pelo método da taxa efetiva de juros, que leva em consideração os custos de transação, e os juros são apropriados até o vencimento dos contratos; ou (ii) designados ao valor justo por meio do resultado.

Para empréstimos pós-fixados, a taxa efetiva de juros é reestimada periodicamente, quando o efeito de reavaliação da taxa efetiva de juros dos contratos é significativo.

2.8 PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

As provisões são constituídas para fazer face aos desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As constituições baseiam-se em uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Instituição, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um desembolso futuro.

Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de “obrigação legal” (fiscais e previdenciárias), cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC.

Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante (vide nota explicativa nº 8).

2.9 PROGRAMAS DE FIDELIDADE

A Instituição Portoseg emite cartões de crédito que possuem programas de benefícios aos seus clientes. Esses programas incluem bonificação com base em milhagens ou outros parâmetros de fidelidade, nos quais se estima e contabiliza as obrigações relativas ao custo das bonificações futuras com base no valor justo desses benefícios e considera diversas premissas para a valorização desse componente. Essas premissas incluem comportamento de utilização dos benefícios, tipo de benefício e estimativa de expiração dos benefícios pela não utilização por parte do cliente.

2.10 RECONHECIMENTO DE RECEITAS

2.10.1 OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As operações de crédito (operações com características de concessão de crédito) são registradas a valor presente, calculadas “pro rata” dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados, sendo utilizado “accrual” até o 60º dia de atraso; após o 60º dia, o reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações.

2.10.2 TAXA DE ADMINISTRAÇÃO DE CONSÓRCIOS

As receitas de taxas de administração de consórcio de bens são reconhecidas conforme seus recebimentos. As comissões sobre as vendas de cotas de consórcio são apropriadas ao resultado no momento da comercialização das cotas.

2.10.3 RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

As receitas da intermediação financeira e de prestação de serviços compreendem o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de serviços prestados pela Porto Seguro.

2.11 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A distribuição de dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (JCP) para os acionistas é reconhecida como um passivo, com base no estatuto/contrato social da Instituição. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25%), somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido no resultado do período. A taxa utilizada no cálculo dos juros sobre o capital próprio é a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) durante o período aplicável, conforme a legislação vigente.

2.12 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de preparação do balanço patrimonial. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R\$ 240 anuais. A provisão para contribuição social para as instituições financeiras é constituída à alíquota de 20% a partir de julho de 2021, tendo em vista a majoração da CSLL pela lei nº 14.183/21 (conversão da Medida Provisória nº 1.034/21) de 15% para 20% sobre o lucro das instituições financeiras. A alíquota da Porto Consórcio é 9%.

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Também são reconhecidos impostos diferidos sobre os prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas da contribuição social. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos.

3. GESTÃO DE RISCOS

O Conglomerado está exposto a um conjunto de riscos inerentes às suas atividades e, para gerir estes riscos, possui uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades necessários a identificação, avaliação, tratamento e controle dos riscos.

A governança de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as áreas, tendo por finalidade proteger o resultado e seus acionistas, contribuir para sua sustentabilidade e valor, envolvendo aspectos relacionados à transparência e prestação de contas.

Nesse contexto, o gerenciamento dos riscos é exercido de modo integrado e independente e valorizando o ambiente de decisões colegiadas. As decisões são pautadas em fatores que combinam o retorno sobre o risco mensurado, permitindo seu alinhamento na definição dos objetivos comerciais e promoção do acultramento dos colaboradores em todos os níveis hierárquicos.

Todas estas iniciativas proporcionam a ampliação da eficiência operacional e consequente redução do nível de perdas, além de otimizar a utilização do capital. Refletindo o compromisso com a gestão de riscos, a Instituição possui a área de Gestão de Riscos Corporativos, cuja missão é garantir que os riscos sejam efetivamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados de forma independente.

Com o intuito de obter sinergias ao longo do processo de gerenciamento de riscos há o Comitê de Risco Integrado, que tem como objetivo fornecer subsídios e informações à alta Administração em

assuntos referentes a gestão de riscos, propondo planos de ação e diretrizes, avaliando o cumprimento das normas de gestão de riscos e acompanhando os indicadores-chaves de riscos.

Em observância as regras do BACEN, a Instituição divulga o Conglomerado Prudencial e o relatório de gerenciamento de riscos e capital, denominado Relatório de Pilar 3, o qual descreve de maneira completa a estrutura de gerenciamento de riscos e a estrutura de gerenciamento de capital, assim como informações quantitativas. Este relatório estará disponível no site da Porto Seguro (<http://ri.portoseguro.com.br>), na seção Conglomerado Prudencial até o final do mês de março de 2022.

Vale destacar que decorrente da pandemia do COVID-19, uma série de ações e iniciativas foram estabelecidas pela Alta Administração da Instituição, com o objetivo de confrontar as incertezas e desafios inerentes ao cenário atual, incluindo entre outras, o estabelecimento do Comitê de Crise, acompanhamento diário dos principais indicadores de negócio e operacional, assim como elaboração de cenários de impacto em resultado, liquidez e solvência.

A gestão de riscos financeiros e operacionais compreende as seguintes categorias:

3.1 RISCO DE CRÉDITO

As exposições sujeitas ao risco de crédito constituem parte relevante dos riscos inerentes à Instituição, de tal modo ser fundamental uma análise criteriosa da qualidade da carteira de empréstimos e financiamentos, assim como das contrapartes do portfólio de investimento.

Neste contexto, todas as operações que expõe o Conglomerado ao risco de crédito são mapeadas, classificadas, mensuradas e reportadas de maneira periódica à Diretoria. Tais processos e controles estão em linha com as diretrizes da Resolução CMN nº 4.557/2017.

3.2 RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como sendo a eventual indisponibilidade de recursos de caixa para fazer frente às obrigações futuras.

Em linha com a Resolução CMN nº. 4.557/2017, o Conglomerado possui uma série de controles com o objetivo de manter seus níveis de liquidez em patamares adequados, alinhados aos requisitos regulatórios. Os principais itens abordados na gestão do risco de liquidez são:

- Limites de risco de liquidez, incluindo caixa mínimo e de ativos de alta liquidez;
- Simulações de testes de estresse;
- Medidas potenciais para contingenciamento.

Os limites de gestão do risco de liquidez, definidos em política específica, são monitorados diariamente e reportados à Diretoria, incluindo a avaliação dos descasamentos das operações ativas e passivas.

Neste contexto, estão definidas medidas de contingência de liquidez para eventuais casos simulados de stress e de cenários adversos de liquidez.

3.3 RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela Instituição, bem como de sua margem financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, taxas de juros, preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

Todas as operações que expõem o Conglomerado ao risco de mercado são mapeadas, classificadas, mensuradas e reportadas de maneira periódica à Diretoria em linha com a Resolução CMN nº 4.557/2017. Neste sentido, as operações são segregadas em Carteira de Negociação e Carteira Bancária, conforme definição da Resolução nº 111/2021 do BACEN.

A carteira de negociação é composta por operações realizadas com o objetivo de negociação (compra/revenda), assumidas para obtenção de ganhos com variações nos movimentos de preço ou destinadas à hedge de outros ativos livres da carteira de negociação. Por sua vez, a carteira bancária inclui as operações não classificadas na carteira de negociação ou com o objetivo de cobrir riscos ("hedge") das operações de não-negociação, inclusive derivativos.

3.4 RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como sendo a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. O risco legal também está contido no risco operacional e está associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas.

O monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executado de forma corporativa e centralizado, contando com um processo formal usado para identificar os riscos e as oportunidades, possibilitando assim estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer um método para tratar esses impactos.

Isto inclui a construção de um banco de dados de perdas internas de risco operacional com informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre o Conglomerado, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

4. GESTÃO DE CAPITAL

O gerenciamento de capital é realizado por meio de um modelo consolidado, com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo regulatório, segundo os critérios de exigibilidade de capital emitidos pelo BACEN.

A estratégia de gerenciamento de capital é continuar a maximizar o valor do capital da Instituição por meio da otimização do nível de adequabilidade e da diversificação das fontes de capital disponíveis. As decisões sobre a alocação dos recursos de capital são conduzidas como parte da revisão periódica do planejamento estratégico incluindo o fórum mensal denominado Comitê de Capital e Liquidez.

Neste contexto, as diretrizes e objetivos do gerenciamento de capital englobam a sua alocação de maneira eficiente, gerando valor ao negócio e ao acionista, enquanto se garante o alinhamento com os objetivos estratégicos do Conglomerado, de expansão e mudança de risco dos negócios assim como manutenção da viabilidade econômica das empresas em situações adversas (econômica, regulamentar/legal e mercado), por meio da adoção de uma postura prospectiva.

A tabela abaixo sumariza a composição do capital regulamentar, capital mínimo exigido e o índice de Basileia apurados de acordo com as normas do BACEN.

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Capital regulamentar		
Nível I	1.328.447.252,51	1.145.769.909,50
Capital principal	1.328.447.252,51	1.145.769.909,50
Nível II	262.744.625,95	-
Dívidas subordinadas elegíveis a capital	262.744.625,95	-
Patrimônio de referência = nível I + nível II (A)	1.591.191.878,46	1.145.769.909,50
Exigibilidades ponderadas pelo risco:		
De crédito	13.009.276.685,73	10.238.750.622,42
De mercado	12.331.748,51	18.823.967,05
Operacional	672.231.923,50	565.767.949,88
Ativos ponderados pelo risco (B)	13.693.840.357,74	10.823.342.539,35
Patrimônio de referência mínimo requerido (C)	1.369.384.035,77	1.001.159.184,89
Suficiência em relação ao patrimônio de referência mínimo requerido (A - C)	221.807.842,69	144.610.724,61
Índice de capital (A/B)	11,62%	10,59%

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Caixa	203.391.159,71	162.526.436,18
Equivalentes de caixa (*)	68.708.237,08	15.811.090,55
	272.099.396,79	178.337.526,73

(*) Composto por operações compromissadas com vencimento em 1 dia, lastreadas principalmente, em Notas do Tesouro Nacional (NTNs).

6. COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS (*)

			Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
	Sem vencimento	Acima de 1 ano	Total	Total
Títulos para negociação				
Cotas de fundos de investimentos				
LFTs	-	409.591.123,33	409.591.123,33	235.132.150,31
DI	-	63.986.881,80	63.986.881,80	61.059.832,80
Cotas de fundos	961.828,49	-	961.828,49	1.015.348,87
Operações compromissadas	-	382.538,55	382.538,55	106.103,94
	961.828,49	473.960.543,68	474.922.372,17	297.313.435,92

(*) Os títulos classificados na categoria "Títulos para negociação" são classificados no ativo circulante, independentemente da data de vencimento dos títulos.

7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E OUTROS CRÉDITOS – VALORES A RECEBER RELATIVOS À TRANSAÇÃO DE PAGAMENTOS

(a) POR TIPO DE OPERAÇÃO

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Operações de crédito		
Financiamentos	2.098.451.426,16	1.798.486.958,24
Cartão de crédito (i)	1.581.377.795,69	1.095.638.123,39
Empréstimos	451.070.066,69	242.937.129,65
	4.130.899.288,54	3.137.062.211,28
Títulos e créditos a receber (ii)	8.792.944.130,94	6.817.430.974,59
	12.923.843.419,48	9.954.493.185,87
Circulante	11.714.672.805,47	8.940.851.193,86
Realizável a longo prazo	1.209.170.614,01	1.013.641.992,01

(i) Referem-se a valores a receber das operações de cartões de crédito vencidas ou parceladas, com os juros e rotativos.

(ii) Referem-se a valores a receber dos associados de cartões de crédito faturados a vencer ou não faturados. Esses valores estão classificados com características de concessão de crédito e têm como contrapartida contas a pagar junto aos adquirentes (vide nota explicativa nº 11.2).

(b) POR SETOR DE ATIVIDADE

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Setor privado		
Pessoas físicas	12.493.968.055,40	9.590.123.877,51
Outros serviços (*)	404.153.076,03	336.427.776,24
Comércio	13.466.888,01	15.956.514,95
Intermediadores financeiros	11.655.695,84	10.993.009,82
Indústria	599.704,20	992.007,35
	12.923.843.419,48	9.954.493.185,87

(*) Referem-se, principalmente, aos créditos a corretores de seguros e prestadores de serviços do grupo Porto Seguro.

Conglomerado Prudencial - Porto Seguro



(c) POR FAIXA DE VENCIMENTO

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
A vencer		
Até 90 dias	9.150.240.852,28	7.392.015.062,86
De 91 a 360 dias	892.595.439,07	713.907.171,89
Acima de 360 dias	1.209.170.614,01	1.013.644.012,61
Vencidos		
Até 14 dias	628.169.555,38	74.064.008,02
Acima de 14 dias	1.043.666.958,74	760.862.930,49
	12.923.843.419,48	9.954.493.185,87

(d) CONCENTRAÇÃO DE CRÉDITO

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
1 a 10 maiores devedores	11.930.979,28	11.847.547,16
11 a 60 maiores devedores	29.228.695,60	26.018.871,38
61 a 160 maiores devedores	37.404.267,96	29.203.417,69
Demais devedores	12.845.279.476,64	9.887.423.349,64
	12.923.843.419,48	9.954.493.185,87

(e) POR NÍVEL DE RISCO

							Dezembro de 2021	Dezembro de 2020	
Nível de risco	Provisão requeri- da (%)	Cartão de crédito e títulos e créditos	Financiamento	Empréstimo	Total da carteira	Provisão 2.682/99	Provisão total (*)	Total da carteira	Provisão total (*)
AA	-	-	257.380.950,38	17.438.093,50	274.819.043,88	-	-	179.880.660,76	-
A	0,5	8.936.790.045,33	1.401.672.868,47	319.925.648,32	10.658.388.562,12	53.291.942,82	69.009.685,60	8.484.146.682,40	42.420.733,43
B	1	109.125.725,08	104.227.452,03	49.469.996,55	262.823.173,66	2.628.231,74	2.628.232,19	156.898.058,71	1.568.980,59
C	3	461.145.043,62	119.176.632,55	26.386.115,28	606.707.791,45	18.201.233,74	18.201.244,49	358.518.723,60	10.755.561,69
D	10	200.561.309,86	65.070.443,67	9.003.445,01	274.635.198,54	27.463.519,85	27.463.544,29	162.787.292,76	16.278.729,31
E	30	137.528.200,02	46.456.687,86	5.384.783,49	189.369.671,37	56.810.901,41	56.810.916,89	111.473.394,90	33.442.018,50
F	50	100.617.519,97	35.432.233,60	4.431.742,95	140.481.496,52	70.240.748,26	70.240.795,13	85.978.059,34	42.989.029,74
G	70	71.622.082,22	19.870.706,77	4.101.490,70	95.594.279,69	66.915.995,78	66.916.001,85	53.816.035,89	37.671.225,13
H	100	356.932.000,53	49.163.450,83	14.928.750,89	421.024.202,25	421.024.202,25	421.024.202,25	360.994.277,51	360.994.459,41
Total		10.374.321.926,63	2.098.451.426,16	451.070.066,69	12.923.843.419,48	716.576.775,85	732.294.622,69	9.954.493.185,87	546.120.737,80

Provisão sobre o total da carteira

5,7%

5,5%

(*) A Instituição mensura a provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa por meio dos critérios e regras estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional. Adicionalmente aos requerimentos da regulamentação vigente, a Instituição processa mensalmente o modelo interno de provisionamento de risco baseado em várias premissas e fatores internos e externos, incluindo os níveis de inadimplência e garantias das carteiras, política de renegociação, cenário atual e expectativas futuras, riscos específicos das carteiras e avaliação de risco, cujo objetivo é identificar antecipadamente a deterioração de determinada operação de crédito.

O resultado obtido deste modelo é comparado ao resultado observado por meio da metodologia baseada na Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional, permanecendo o saldo de provisão mais conservador. Em suma, o valor obtido por meio do modelo interno é utilizado exclusivamente de modo incremental ao saldo inicial de provisão (Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional).

(f) MOVIMENTAÇÃO DA PROVISÃO PARA OPERAÇÕES DE CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Saldo inicial	546.120.737,80	412.339.917,43
Constituição de provisão	622.133.265,79	483.517.263,62
Reversões e baixa para prejuízo (líquidos de recuperações)	(435.959.380,90)	(349.736.443,25)
Saldo final	732.294.622,69	546.120.737,80

(g) INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Montante de créditos renegociados no período	353.805.714,40	360.236.360,75
Montante de créditos recuperados no período	141.668.835,19	141.564.800,89
Montante de créditos baixados como prejuízo no período	(577.628.216,09)	(491.604.919,21)

8. OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS E CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

8.1 DIVERSOS

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Circulante		
Valores a receber (i)	236.680.951,19	62.075.904,65
Impostos a compensar	10.169.199,26	5.213.931,26
Adiantamento a fornecedores e funcionários	13.631.728,32	3.987.822,37
Outros	10.786.996,38	10.481.712,56
	271.268.875,15	81.759.370,84
Não circulante		
Depósitos Judiciais	37.831.843,12	37.821.620,78
Valores a receber em cobrança judicial	16.018.565,99	16.790.837,50
Outros	1.555.985,35	1.614.432,15
	55.406.394,46	56.226.890,43

(i) O aumento deve-se, principalmente, às alterações operacionais relacionadas ao período entre corte e vencimento das faturas. Houve a renovação contratual com as Bandeiras Visa e Mastercard e, como forma de incentivo ao crescimento do negócio cartão de crédito, foram provisionados os saldos a receber destes fornecedores.

8.2 CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

	Dezembro de 2020	Constituição	Reversão	Dezembro de 2021
Diferença temporária decorrente de:				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	207.765.421,33	123.608.392,00	(40.764.731,61)	290.609.081,72
Provisão para programa fidelidade	32.052.600,70	8.750.001,95	(4.310.822,65)	36.491.780,00
Provisão para processos judiciais	5.643.944,37	1.939.814,11	(812.142,11)	6.771.616,37
Participação nos lucros	3.921.420,36	10.297.981,00	(11.752.698,55)	2.466.702,81
Outras provisões	3.419.799,79	2.037.033,46	(2.254.801,97)	3.202.031,28
Total	252.803.186,54	146.633.222,52	(59.895.196,89)	339.541.212,17

8.3 ESTIMATIVA DE REALIZAÇÃO

A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários diferidos de diferenças temporárias de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, é:

Conglomerado Prudencial - Porto Seguro



	<u>Valor</u>
2022	274.613.705,73
2023	29.291.143,45
2024	32.606.789,50
2025	76.687,45
2026	2.566.316,22
Após 2026	386.569,81
Total	<u>339.541.212,17</u>

(*) Para o ajuste a valor presente foi considerada a taxa SELIC do último dia do exercício, líquida dos efeitos tributários.

Neste estudo é considerado a alíquota de imposto que vigorará em cada exercício futuro para analisar-se a realização do ativo de imposto diferido.

9. INVESTIMENTOS

	<u>Saldos em dezembro de 2020</u>	<u>Investimento inicial</u>	<u>Resultado equivalência patrimonial</u>	<u>Aumento de capital</u>	<u>Outros</u>	<u>Saldos em dezembro de 2021</u>
ConectCar (i)	-	165.000.000,00	(5.530.021,91)	9.500.000,00	(6.538.202,72)	162.431.775,37
Outros	311.928,08	-	-	-	(7.250,00)	304.678,08
	<u>311.928,08</u>	<u>165.000.000,00</u>	<u>(5.530.021,91)</u>	<u>9.500.000,00</u>	<u>(6.545.452,72)</u>	<u>162.736.453,45</u>

(i) Controle compartilhado de 50,0% na ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A. Vide nota explicativa 1.3.

10. CAPTAÇÃO DE RECURSOS E OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

	<u>Até 3 meses</u>	<u>De 4 a 12 meses</u>	<u>De 13 a 24 meses</u>	<u>Acima de 24 meses</u>	<u>Dezembro de 2021</u>	<u>Dezembro de 2020</u>
Recursos de letras financeiras (i)	482.854.720,12	-	375.151.738,88	1.543.690.496,12	2.401.696.955,12	990.100.176,76
Depósitos interfinanceiros - DI (i)	23.222.747,82	545.408.962,64	-	-	568.631.710,46	1.185.556.774,98
Depósitos a prazo com garantia especial - DPGE (i)	-	383.457.018,10	-	-	383.457.018,10	-
	<u>506.077.467,94</u>	<u>928.865.980,74</u>	<u>375.151.738,88</u>	<u>1.543.690.496,12</u>	<u>3.353.785.683,68</u>	<u>2.175.656.951,74</u>
Circulante					1.434.943.448,68	987.716.503,80
Exigível a longo prazo					1.918.842.235,00	1.187.940.447,94

(i) Captação de recursos, remunerados ao CDI.

11. OUTRAS OBRIGAÇÕES

11.1 FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

11.1.1. CIRCULANTE

Refere-se principalmente, a provisão de imposto de renda e de contribuição social, líquidas de adiantamentos.

11.1.2. NÃO CIRCULANTE

A Instituição é parte envolvida em processos judiciais de naturezas tributárias. As provisões decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seu departamento jurídico e de seus consultores externos. Contudo, existem incertezas na determinação da probabilidade de perda das ações, no valor esperado de saída de caixa e no prazo final dessas saídas.

Adicionalmente, a Instituição questiona, no âmbito fiscal, a exigência de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre receitas de juros moratórios, na vigência do Código Civil de 2002, o saldo da provisão é de R\$ 37.225.385,86 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 36.615.763,90 em 31 de dezembro de 2020). Além disso, pleiteia-se o reconhecimento do direito de compensar, com tributos federais, os créditos relativos a IRPJ e CSLL, pagos nos cinco anos anteriores à impetração do mandado de segurança e durante o curso do respectivo processo. Há decisão favorável, sendo que atualmente aguarda-se julgamento de recurso impetrado pela União.

Por fim, a Instituição é parte em outras ações de natureza fiscal e previdenciária que não são classificadas como obrigações legais e por ser em classificados com perda possível, não são provisionadas. O risco total estimado dessas ações totaliza R\$ 15.926.958,34 (R\$ 10.262.479,10 de possível impacto no lucro líquido). A principal refere-se à discussão do INSS sobre programa de alimentação do trabalhador, com risco total estimado em R\$ 5.594.774,54 (R\$ 4.314.751,75 de possível impacto no lucro líquido).

11.2 TRANSAÇÕES DE PAGAMENTO

Refere-se, a valores a pagar a estabelecimentos filiados decorrentes de operações com cartão de crédito.

11.3 DIVERSAS

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Circulante		
Operações com cartão de crédito	1.729.133.762,77	1.243.612.753,74
Programa de incentivo - cartão de crédito	91.229.450,00	80.131.501,74
Outras	9.437.039,12	7.359.414,29
	1.829.800.251,89	1.331.103.669,77
Não circulante		
Consorticiados recursos não procurados	65.703.688,35	64.290.428,23
Recursos pendentes de receb. judiciais	16.018.565,99	16.790.837,50
Provisões para processos judiciais (*)	7.273.131,46	5.610.247,11
Outras	1.554.726,26	1.515.356,00
	90.550.112,06	88.206.868,84

(*) Vide nota explicativa nº 11.3.1.

11.3.1 PROVISÕES PARA PROCESSOS JUDICIAIS – CÍVEIS E TRABALHISTAS

Além das provisões registradas contabilmente, existem passivos contingentes, com os mesmos tipos de pedidos das ações provisionadas, no montante em riscos de R\$ 10.708.464,16 (R\$ 8.933.831,71 em dezembro de 2020) para os quais, com base na avaliação dos advogados da Instituição, as perdas são consideradas possíveis não havendo constituição de provisão para esses processos. Apesar das incertezas envolvidas na determinação dessas obrigações, a Administração não espera que haja efeitos significativos no resultado da Companhia pelo desfecho destas ações.

11.4 MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES FISCAIS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

Os saldos e as movimentações das provisões estão demonstrados a seguir:

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	36.615.763,90	963.461,31	4.646.785,80	42.226.011,01
Constituições	-	443.248,47	5.765.736,64	6.208.985,11
Êxitos/reversões	(670.223,56)	(55.688,77)	(3.727.645,66)	(4.453.557,99)
Pagamentos	-	(270.179,42)	(1.897.692,97)	(2.167.872,39)
Atualização monetária	1.279.845,52	843.203,75	561.902,31	2.684.951,58
Saldo em 31 de dezembro de 2021	37.225.385,86	1.924.045,34	5.349.086,12	44.498.517,32
Quantidade de processos	3	62	1.701	1.766

12 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) CAPITAL SOCIAL

O capital social combinado subscrito e integralizado é de R\$ 587.000.000,00 em 31 de dezembro de 2021 e 2020, composto por R\$ 550.000.000,00 na Portoseg, R\$ 29.500.000,00 na Porto Consórcio e R\$ 7.500.000,00 na Portopar, representados por 30.500.000 quotas (Porto Consórcio e Portopar) e 15.217.403 ações ordinárias nominativas sem valor nominal (Portoseg).

(b) RESERVAS DE LUCROS

São compostas pelas: (i) Reserva Legal da Portoseg, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades Anônimas; (ii) Reserva Estatutária da Portoseg e Reserva Especial de Lucros da Porto Consórcio e Portopar, onde poderá ser destinado a essas reservas, em cada exercício, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório (quando aplicável), ressalvadas as hipóteses em que a Administração considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, casos em que, em determinado exercício, seja integral ou parcialmente, distribuído aos acionistas ou revertido para aumento de capital.

(c) DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

De acordo com o estatuto social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido do exercício ajustado. O pagamento dos dividendos obrigatórios poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que tiver sido realizado nos termos da lei. O pagamento de Juros sobre o Capital Próprio - JCP (líquido dos efeitos tributários) é imputado aos dividendos mínimos obrigatórios. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada, antes disso será mantida no patrimônio líquido, conforme apresentado na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

A Ata de Reunião de Diretoria da Porto Consórcio aprovou em 5 de fevereiro de 2021, a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios referentes ao exercício de 2020 no montante de R\$ 10.556.583,43. Adicionalmente, em 28 de dezembro a Ata de Reunião de Diretoria aprovou a distribuição de dividendos intermediários a serem imputados aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2021 no montante de R\$ 19.144.435,76. Os dividendos foram pagos na mesma data de sua aprovação.

A Ata de Reunião de Diretoria da Portoseg aprovou em 26 de fevereiro de 2021 e 30 de março de 2021, a distribuição de dividendos, sendo R\$ 5.470.905,15 relativos ao complemento do dividendo mínimo obrigatório de 2020 e R\$ 20.000.000,00 intermediários à conta de reservas de lucros existentes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020. Os dividendos foram pagos nos meses da data de aprovação.

A Ata de Reunião de Diretoria da Portoseg de 29 de julho de 2021 e 29 de outubro de 2021, aprovou a distribuição de R\$ 47.208.000,00 (brutos de imposto de renda) em Juros sobre o Capital Próprio (JCP) aos seus acionistas, pagos na mesma data de aprovação.

Adicionalmente, a ATA de Reunião de Diretoria da Portoseg de 28 de dezembro de 2021 deliberou a distribuição de dividendos intermediários à conta de dividendos antecipados do exercício, no total de R\$ 14.514.134,37, pagos na mesma data de aprovação.

13 RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITOS

	2º Semestre de 2021	Dezembro de 2021	2º Semestre de 2020	Dezembro de 2020
Cartão de crédito	504.538.145,54	901.060.163,19	320.381.490,04	717.240.058,93
Financiamento	187.145.189,12	358.797.570,70	144.448.877,06	265.430.428,07
Empréstimo	50.758.397,58	89.247.601,07	33.472.329,58	70.177.465,25
Juros de mora	5.845.759,00	10.921.692,08	4.917.464,37	10.173.733,37
	748.287.491,24	1.360.027.027,04	503.220.161,05	1.063.021.685,62

14 RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	2º Semestre de 2021	Dezembro de 2021	2º Semestre de 2020	Dezembro de 2020
Taxa de adm. de consórcio	258.562.490,67	487.104.894,32	215.518.111,84	383.981.444,41
Receita de "interchange" (*)	278.616.625,59	503.743.680,17	200.077.279,80	367.121.612,49
Tarifa de anuidade	148.633.500,65	305.062.774,18	146.361.592,91	264.724.113,22
Outras	21.931.197,40	42.008.841,06	22.876.210,65	47.571.462,57
	707.743.814,31	1.337.920.189,73	584.833.195,20	1.063.398.632,69

(*) Refere-se à remuneração proveniente de percentual sobre as transações processadas no cartão de crédito das bandeiras Visa e Mastercard.

Conglomerado Prudencial - Porto Seguro



15 OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º Semestre de 2021	Dezembro de 2021	2º Semestre de 2020	Dezembro de 2020
Processamento de dados	196.914.108,84	377.872.747,50	181.264.974,29	341.702.401,53
Comissões (i)	105.750.368,22	262.444.887,29	143.825.431,61	227.539.509,79
Custo corporativo	22.758.649,34	42.192.855,37	18.946.373,35	34.150.976,08
Serviços de terceiros	23.684.829,87	32.062.915,11	10.793.488,58	21.301.921,80
Publicidade	12.863.344,27	17.718.677,66	6.279.929,69	13.112.122,12
Infraestrutura e comunicação	4.835.900,12	9.367.586,71	4.016.331,80	8.125.705,84
Localização e funcionamento	4.396.656,31	9.197.553,95	3.631.863,82	8.354.469,34
Donativos e contribuições	1.053.584,00	1.062.380,74	3.269.677,00	4.269.677,00
Outras	17.931.504,64	42.545.945,01	20.840.023,12	38.768.994,60
	390.188.945,61	794.465.549,34	392.868.093,26	697.325.778,10

16 OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2º Semestre de 2021	Dezembro de 2021	2º Semestre de 2020	Dezembro de 2020
Programa de fidelização	74.036.654,30	126.578.640,50	38.976.743,36	103.902.981,20
Despesas bancárias e de cobrança	39.578.579,64	73.476.738,30	30.171.997,32	62.540.031,65
Desconto concedido	38.703.948,10	67.582.415,17	26.322.753,79	50.856.599,06
Certificações - cartão	22.161.906,30	50.630.941,45	29.221.809,48	53.722.652,81
Perdas com fraude - cartão	8.366.152,80	14.962.328,38	7.688.387,37	12.126.833,43
Fretes	6.854.568,72	12.439.671,28	6.174.024,74	11.944.757,60
Despesas com recuperação	7.674.713,54	12.431.524,49	4.164.182,63	7.923.255,82
Multa e juros	2.439.001,96	2.439.001,96	8.672.800,57	8.672.800,57
Despesas internacionais	560.034,19	1.275.580,72	137.170,80	391.526,16
Recursos não procurados	1.204.678,02	1.551.232,01	49.718,30	785.437,07
Outras despesas	24.333.450,67	40.381.915,90	17.281.144,20	38.296.200,82
	225.913.688,24	403.749.990,16	168.860.732,56	351.163.076,19

17 CONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	2º Semestre de 2021	Dezembro de 2021	2º Semestre de 2020	Dezembro de 2020
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)	241.426.873,37	491.719.294,75	157.836.076,61	335.474.460,23
(-) Participações nos lucros	(9.568.596,81)	(19.036.329,11)	(4.907.471,88)	(12.303.417,19)
Lucro antes do IRPJ e da CSLL e após participações nos resultados (A)	231.858.276,56	472.682.965,64	152.928.604,73	323.171.043,04
Alíquota vigente (i)	38%	39%	39%	39%
Imposto de renda e contribuição social (a taxa nominal) (B)	(88.137.292,42)	(182.161.611,37)	(60.212.045,88)	(125.460.903,70)
Juros sobre o capital próprio	18.883.200,00	18.883.200,00	8.413.199,99	17.225.695,79
Inovação tecnológica (ii)	6.002.235,79	8.948.676,78	-	-
Incentivos fiscais	5.278.434,33	6.041.713,02	2.377.505,55	3.074.080,85
Majoração da alíquota CSLL	(14.889.164,47)	(14.889.164,47)	-	-
Participação nos Lucros	(1.097.275,84)	(1.909.835,42)	(51.160,01)	(945.701,93)
Baixa para perda - diferido	(1.127.731,49)	(1.929.955,06)	-	-
Outros	(2.784.420,87)	(3.006.398,20)	(1.576.858,92)	(1.286.854,39)
Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C)	10.265.277,45	12.138.236,65	9.162.686,61	18.067.220,32
Total de imposto de renda e contribuição social (D = B + C)	(77.872.014,97)	(170.023.374,72)	(51.049.359,27)	(107.393.683,38)
IRPJ e CSLL correntes	(148.672.590,67)	(256.795.730,22)	(69.516.525,30)	(154.179.540,97)

(i) A alíquota vigente até 30 de junho de 2021 era de 40%, (sendo 15% para CSLL) e no período entre 1 de julho de 2021 até 31 de dezembro de 2021, foi de 45% (sendo 20% para CSLL). Essa majoração foi sancionada pela lei nº 14.183/21 (conversão da Medida Provisória nº 1.034/21) que elevou temporariamente a alíquota da CSLL (de 15% para 20%) sobre o lucro das instituições financeiras.

(ii) Benefício fiscal utilizado da Lei do Bem referente aos projetos realizados com inovações tecnológicas. Vide nota 1.2.

18 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias compatíveis às praticadas com terceiros, vigentes nas respectivas datas. As principais transações são:

- (i) Contas administrativas repassadas pela Porto Cia pela utilização da estrutura física e de pessoal;
- (ii) Convênio de utilização do meio de pagamento cartão de crédito ("private label") com a Porto Cia, Azul e Conecta;
- (iii) Captação de recursos com empresas do grupo Itaú Unibanco;
- (iv) Prestação de serviços de "call center" contratados da Porto Atendimento;
- (v) Prestação de serviços para obtenção de crédito e financiamento contratados da Crediporto;

Conglomerado Prudencial - Porto Seguro

- (vi) Prestação de serviços do seguro saúde contratados da Porto Saúde;
- (vii) Subscrição de títulos de capitalização emitidos pela Porto Capitalização;
- (viii) Prestação de serviços de administração e gestão de carteiras contratados da Porto Investimentos;

Os saldos a receber e a pagar por transações com partes relacionadas são praticadas a taxas e valores de mercado e estão demonstrados a seguir:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Ativo		
Porto Cia		
Contas a pagar	158.202,47	-
Outras	199.954,31	-
	358.156,78	-
Passivo		
Grupo Porto Seguro		
"Private label"	1.607.688.110,51	1.208.903.242,14
Porto Cia		
Contas a pagar	15.425.041,23	11.376.288,99
Banco Itaú S.A.		
Depósitos interfinanceiros	545.408.962,64	664.750.705,49
Letras financeiras	743.639.916,28	281.848.169,17
Outras	139.767,06	14.383,13
	2.912.301.797,72	2.166.892.788,92

	2º Semestre de 2021	Dezembro de 2021	2º Semestre de 2020	Receitas Dezembro de 2020
Demonstração do resultado				
Porto Cia	4.294.913,88	7.810.379,02	3.267.427,05	6.157.696,38
Azul Seguros	2.300.322,60	4.279.623,30	1.699.751,46	3.191.796,89
Outras	2.084.270,31	2.399.270,31	-	-
	8.679.506,79	14.489.272,63	4.967.178,51	9.349.493,27

	2º Semestre de 2021	Dezembro de 2021	2º Semestre de 2020	Despesas Dezembro de 2020
Demonstração do resultado				
Porto Cia	91.834.467,72	167.118.754,31	71.762.336,39	144.469.770,70
Porto Atendimento	25.989.416,03	77.781.917,43	39.594.259,97	81.297.545,22
Crediporto	24.718.195,98	62.421.251,26	31.219.371,54	56.881.289,25
Banco Itaú S.A.	41.759.414,36	59.132.606,06	13.333.455,63	24.900.129,96
Porto Saúde	4.614.296,99	7.918.500,47	3.003.193,02	7.325.667,15
Outras	1.713.075,83	2.438.837,75	6.515.559,85	7.354.927,19
	190.628.866,91	376.811.867,28	165.428.176,40	322.229.329,47

18.1 TRANSAÇÕES COM PESSOAL-CHAVE

Transações com pessoal-chave da administração referem-aos valores reconhecidos no resultado do exercício, conforme demonstrado a seguir:

	2º Semestre de 2021	Dezembro de 2021	2º Semestre de 2020	Dezembro de 2020
Participação nos lucros de administradores	5.217.396,94	5.969.341,68	204.640,06	3.782.807,72
Honorários e encargos de diretoria	1.475.028,03	2.226.972,77	1.546.510,00	2.259.352,93
	6.692.424,97	8.196.314,45	1.751.150,06	6.042.160,65

19 OUTRAS INFORMAÇÕES

(a) COMITÊ DE AUDITORIA

O Relatório do Comitê de Auditoria foi publicado em conjunto com as Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2021 da Porto Seguro S.A. A atuação do Comitê de Auditoria da Instituição abrange todas as sociedades do grupo Porto Seguro, sendo exercida a partir da Porto Seguro S.A., companhia aberta, detentora do controle das sociedades que integram o grupo.

Conglomerado Prudencial - Porto Seguro

***Demonstrações financeiras combinadas
do Conglomerado Prudencial em
31 de dezembro de 2021
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras combinadas do Conglomerado Prudencial

Aos Administradores
Conglomerado Prudencial - Porto Seguro

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras combinadas do Conglomerado Prudencial da Porto Seguro ("Conglomerado"), que compreendem o balanço patrimonial combinado do Conglomerado Prudencial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações combinadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Essas demonstrações financeiras de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN), descritos na Nota 2.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras combinadas do Conglomerado Prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira combinada do Conglomerado Prudencial da Porto Seguro em 31 de dezembro de 2021, o desempenho combinado de suas operações e os seus fluxos de caixa combinados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras combinadas do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução nº 4.280 do CMN e regulamentações complementares do BACEN, para elaboração dessas demonstrações financeiras combinadas de propósito especial, conforme descrito na Nota 2.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras combinadas do Conglomerado Prudencial". Somos independentes em relação ao Conglomerado, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações financeiras combinadas do Conglomerado Prudencial

Chamamos a atenção para a Nota 2, que divulga que as demonstrações financeiras combinadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela administração do Conglomerado para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280 do CMN e regulamentações complementares do BACEN.



Conglomerado Prudencial - Porto Seguro

Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras combinadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras individuais e combinadas

A Instituição líder do Conglomerado Prudencial, Portoseg S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento, elaborou demonstrações financeiras individuais para fins gerais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, sobre as quais emitimos relatório de auditoria sem ressalva datado de 25 de fevereiro de 2022.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras combinadas do Conglomerado Prudencial e o relatório do auditor

A administração do Conglomerado é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras combinadas do Conglomerado Prudencial não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras combinadas do Conglomerado Prudencial, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras combinadas do Conglomerado Prudencial

A administração do Conglomerado é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras combinadas do Conglomerado Prudencial de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280 do CMN e regulamentações complementares do BACEN, descritos na Nota 2 e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras combinadas do Conglomerado Prudencial, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Conglomerado continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras combinadas, a não ser que a administração pretenda liquidar o Conglomerado ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Conglomerado Prudencial - Porto Seguro

Os responsáveis pela governança do Conglomerado são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras combinadas do Conglomerado Prudencial.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras combinadas do Conglomerado Prudencial

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras combinadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela administração do Conglomerado, de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280 do CMN e regulamentações complementares do BACEN, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras combinadas.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Condições Especiais - Auditorias de Demonstrações Contábeis elaboradas de acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras combinadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Conglomerado.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Conglomerado. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras combinadas do Conglomerado Prudencial ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Conglomerado a não mais se manter em continuidade operacional.

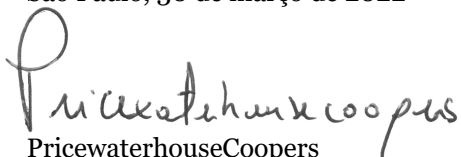


Conglomerado Prudencial - Porto Seguro

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras combinadas do Conglomerado Prudencial, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras combinadas do Conglomerado Prudencial. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2022


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by:
Carlos Augusto da Silva
Assinado por: CARLOS AUGUSTO DA SILVA:50722581653
CPF: 50722581653
Data/Hora da Assinatura: 30 March 2022 | 14:28 BRT
ICP
Brasil
C12419F2EA534CB28498FA280E34717F

Carlos Augusto da Silva
Contador CRC 1SP197007/O-2

Certificate Of Completion

Envelope Id: 88748AEC81DB458F8120E0AA20890866

Status: Completed

Subject: Please DocuSign: CONGLOMERADOPRUD21(A).DEZ.pdf

Source Envelope:

Document Pages: 38

Signatures: 1

Envelope Originator:

Certificate Pages: 6

Initials: 0

Lais Sampaio

AutoNav: Enabled

Av. Francisco Matarazzo, 1400, Torre Torino, Água

Enveloped Stamping: Enabled

Branca

Time Zone: (UTC-03:00) Brasilia

São Paulo, SP 05001-100

lais.sampaio@pwc.com

IP Address: 18.231.224.80

Record Tracking

Status: Original

30 March 2022 | 09:26

Holder: Lais Sampaio

lais.sampaio@pwc.com

Location: DocuSign

Status: Original

30 March 2022 | 14:28

Holder: CEDOC Brasil

BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team

Location: DocuSign

@pwc.com

Signer Events

Carlos Augusto da Silva

carlos_augusto.silva@pwc.com

Security Level: Email, Account Authentication
(None), Digital Certificate**Signature Provider Details:**

Signature Type: ICP Smart Card

Signature Issuer: AC SERASA RFB v5

Electronic Record and Signature Disclosure:

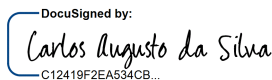
Accepted: 06 January 2022 | 17:08

ID: b04ea88e-4b2d-4155-9cff-82f7c8a4c646

Company Name: PwC

Signature

DocuSigned by:



C12419F2EA534CB...

Signature Adoption: Pre-selected Style

Using IP Address: 34.100.9.249

Timestamp

Sent: 30 March 2022 | 09:27

Viewed: 30 March 2022 | 14:27

Signed: 30 March 2022 | 14:28

In Person Signer Events**Signature****Timestamp****Editor Delivery Events****Status****Timestamp****Agent Delivery Events****Status****Timestamp****Intermediary Delivery Events****Status****Timestamp****Certified Delivery Events****Status****Timestamp****Carbon Copy Events****Status****Timestamp**

Lais Sampaio

lais.sampaio@pwc.com

PwC BR

Security Level: Email, Account Authentication
(None)**Electronic Record and Signature Disclosure:**

Not Offered via DocuSign

COPIED

Sent: 30 March 2022 | 14:28

Viewed: 30 March 2022 | 14:28

Signed: 30 March 2022 | 14:28

Witness Events**Signature****Timestamp****Notary Events****Signature****Timestamp****Envelope Summary Events****Status****Timestamps**

Envelope Summary Events	Status	Timestamps
Envelope Sent	Hashed/Encrypted	30 March 2022 09:27
Certified Delivered	Security Checked	30 March 2022 14:27
Signing Complete	Security Checked	30 March 2022 14:28
Completed	Security Checked	30 March 2022 14:28
Payment Events	Status	Timestamps
Electronic Record and Signature Disclosure		

CONSENTIMENTO PARA RECEBIMENTO ELETRÔNICO DE REGISTROS ELETRÔNICOS E DIVULGAÇÕES DE ASSINATURA

Registro Eletrônicos e Divulgação de Assinatura

Periodicamente, a PwC poderá estar legalmente obrigada a fornecer a você determinados avisos ou divulgações por escrito. Estão descritos abaixo os termos e condições para fornecer-lhe tais avisos e divulgações eletronicamente através do sistema de assinatura eletrônica da DocuSign, Inc. (DocuSign). Por favor, leia cuidadosa e minuciosamente as informações abaixo, e se você puder acessar essas informações eletronicamente de forma satisfatória e concordar com estes termos e condições, por favor, confirme seu aceite clicando sobre o botão “Eu concordo” na parte inferior deste documento.

Obtenção de cópias impressas

A qualquer momento, você poderá solicitar de nós uma cópia impressa de qualquer registro fornecido ou disponibilizado eletronicamente por nós a você. Você poderá baixar e imprimir os documentos que lhe enviamos por meio do sistema DocuSign durante e imediatamente após a sessão de assinatura, e se você optar por criar uma conta de usuário DocuSign, você poderá acessá-los por um período de tempo limitado (geralmente 30 dias) após a data do primeiro envio a você. Após esse período, se desejar que enviemos cópias impressas de quaisquer desses documentos do nosso escritório para você, cobraremos de você uma taxa de R\$ 0.00 por página. Você pode solicitar a entrega de tais cópias impressas por nós seguindo o procedimento descrito abaixo.

Revogação de seu consentimento

Se você decidir receber de nós avisos e divulgações eletronicamente, você poderá, a qualquer momento, mudar de ideia e nos informar, posteriormente, que você deseja receber avisos e divulgações apenas em formato impresso. A forma pela qual você deve nos informar da sua decisão de receber futuros avisos e divulgações em formato impresso e revogar seu consentimento para receber avisos e divulgações está descrita abaixo.

Consequências da revogação de consentimento

Se você optar por receber os avisos e divulgações requeridos apenas em formato impresso, isto retardará a velocidade na qual conseguimos completar certos passos em transações que te envolvam e a entrega de serviços a você, pois precisaremos, primeiro, enviar os avisos e divulgações requeridos em formato impresso, e então esperar até recebermos de volta a confirmação de que você recebeu tais avisos e divulgações impressos. Para indicar a nós que você mudou de ideia, você deverá revogar o seu consentimento através do preenchimento do formulário “Revogação de Consentimento” da DocuSign na página de assinatura de um envelope DocuSign, ao invés de assiná-lo. Isto indicará que você revogou seu consentimento para receber avisos e divulgações eletronicamente e você não poderá mais usar o sistema DocuSign para receber de nós, eletronicamente, as notificações e consentimentos necessários ou para assinar eletronicamente documentos enviados por nós.

Todos os avisos e divulgações serão enviados a você eletronicamente

A menos que você nos informe o contrário, de acordo com os procedimentos aqui descritos, forneceremos eletronicamente a você, através da sua conta de usuário da DocuSign, todos os avisos, divulgações, autorizações, confirmações e outros documentos necessários que devam ser fornecidos ou disponibilizados a você durante o nosso relacionamento. Para mitigar o risco de você inadvertidamente deixar de receber qualquer aviso ou divulgação, nós preferimos fornecer todos os avisos e divulgações pelo mesmo método e para o mesmo endereço que você nos forneceu. Assim, você poderá receber todas as divulgações e avisos eletronicamente ou em formato impresso, através do correio. Se você não concorda com este processo, informe-nos conforme descrito abaixo. Por favor, veja também o parágrafo imediatamente acima, que descreve as consequências da sua escolha de não receber de nós os avisos e divulgações eletronicamente.

Como contatar a PwC:

Você pode nos contatar para informar sobre suas mudanças de como podemos contatá-lo eletronicamente, solicitar cópias impressas de determinadas informações e revogar seu consentimento prévio para receber avisos e divulgações em formato eletrônico, conforme abaixo:

Para nos contatar por e-mail, envie mensagens para:

Para informar seu novo endereço de e-mail a PwC:

Para nos informar sobre uma mudança em seu endereço de e-mail, para o qual nós devemos enviar eletronicamente avisos e divulgações, você deverá nos enviar uma mensagem por e-mail para o endereço e informar, no corpo da mensagem: seu endereço de e-mail anterior, seu novo endereço de e-mail. Nós não solicitamos quaisquer outras informações para mudar seu endereço de e-mail.

Adicionalmente, você deverá notificar a DocuSign, Inc para providenciar que o seu novo endereço de e-mail seja refletido em sua conta DocuSign, seguindo o processo para mudança de e-mail no sistema DocuSign.

Para solicitar cópias impressas a PwC:

Para solicitar a entrega de cópias impressas de avisos e divulgações previamente fornecidos por nós eletronicamente, você deverá enviar uma mensagem de e-mail para e informar, no corpo da mensagem: seu endereço de e-mail, nome completo, endereço postal no Brasil e número de telefone. Nós cobraremos de você o valor referente às cópias neste momento, se for o caso.

Para revogar o seu consentimento perante a PwC:

Para nos informar que não deseja mais receber futuros avisos e divulgações em formato eletrônico, você poderá:

(i) recusar-se a assinar um documento da sua sessão DocuSign, e na página seguinte, assinalar o item indicando a sua intenção de revogar seu consentimento; ou

(ii) enviar uma mensagem de e-mail para e informar, no corpo da mensagem, seu endereço de e-mail, nome completo, endereço postal no Brasil e número de telefone. Nós não precisamos de quaisquer outras informações de você para revogar seu consentimento. Como consequência da revogação de seu consentimento para documentos online, as transações levarão um tempo maior para serem processadas.

Hardware e software necessários:**

(i) Sistemas Operacionais: Windows® 2000, Windows® XP, Windows Vista®; Mac OS®

(ii) Navegadores: Versões finais do Internet Explorer® 6.0 ou superior (Windows apenas); Mozilla Firefox 2.0 ou superior (Windows e Mac); Safari™ 3.0 ou superior (Mac apenas)

(iii) Leitores de PDF: Acrobat® ou software similar pode ser exigido para visualizar e imprimir arquivos em PDF.

(iv) Resolução de Tela: Mínimo 800 x 600

(v) Ajustes de Segurança habilitados: Permitir cookies por sessão

** Estes requisitos mínimos estão sujeitos a alterações. No caso de alteração, será solicitado que você aceite novamente a divulgação. Versões experimentais (por ex.: beta) de sistemas operacionais e navegadores não são suportadas.

Confirmação de seu acesso e consentimento para recebimento de materiais eletronicamente:

Para confirmar que você pode acessar essa informação eletronicamente, a qual será similar a outros avisos e divulgações eletrônicos que enviaremos futuramente a você, por favor, verifique se foi possível ler esta divulgação eletrônica e que também foi possível imprimir ou salvar eletronicamente esta página para futura referência e acesso; ou que foi possível enviar a presente divulgação e consentimento, via e-mail, para um endereço através do qual seja possível que você o imprima ou salve para futura referência e acesso. Além disso, caso concorde em receber avisos e divulgações exclusivamente em formato eletrônico nos termos e condições descritos acima, por favor, informe-nos clicando sobre o botão “Eu concordo” abaixo.

Ao selecionar o campo “Eu concordo”, eu confirmo que:

(i) Eu posso acessar e ler este documento eletrônico, denominado CONSENTIMENTO PARA RECEBIMENTO ELETRÔNICO DE REGISTRO ELETRÔNICO E DIVULGAÇÃO DE ASSINATURA; e

(ii) Eu posso imprimir ou salvar ou enviar por e-mail esta divulgação para onde posso imprimi-la para futura referência e acesso; e (iii) Até ou a menos que eu notifique a PwC conforme descrito acima, eu consinto em receber exclusivamente em formato eletrônico, todos os avisos, divulgações, autorizações, aceites e outros documentos que devam ser fornecidos ou disponibilizados para mim por PwC durante o curso do meu relacionamento com você.